

PARIDADE RACIAL COMO CHAVE PARA DESVELAR AS EXPRESSÕES DA BRANQUITUDE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

RACIAL PARITY AS A KEY TO UNVEILING WHITE EXPRESSIONS IN CHILD EDUCATION

Cíntia Cardoso*

RESUMO: Neste artigo o objetivo é apresentar parte de uma pesquisa de mestrado¹, que investigou a educação das relações étnico-raciais a partir dos estudos da branquitude. O foco da pesquisa foi compreender a branquitude como prática de poder expressa nas experiências educativo-pedagógicas da educação infantil. O que denominei de Paridade Racial se apresentou como uma das gêneses, o estágio inicial para consolidação e perpetuação da branquitude nas relações entre professoras brancas e crianças brancas. Nesse sentido e como afirma Liv Sovik (2004), é necessário um exercício para apreender, buscar, remexer para assim identificar a branquitude num contexto específico. Nesse caso a instituição de educação infantil foi tomada como lócus, para apreensão acerca do exercício da branquitude como prática de poder, considerando as experiências educativo-pedagógicas entre criança/criança/ adulto/ criança, as relações sociais configuradas pelos sujeitos e as materialidades.

PALAVRAS-CHAVE: Branquitude; Paridade Racial; Educação Infantil; Educação das Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT: In this article the objective is to present part of a master's research, which investigated the education of ethnic-racial relations based on whiteness studies. The focus of the research was to understand whiteness as a power practice expressed in the educational-pedagogical experiences of early childhood education. What I called Racial Parity presented itself as one of the genesis, the initial stage for consolidation and perpetuation of whiteness in the relationships between white teachers and white children. In this sense and as stated by Liv Sovik (2004), an exercise is necessary to apprehend, seek, rummage to identify whiteness in a specific context, in which case the early childhood institution was taken as a locus, to apprehend the exercise of whiteness. As a practice of power, considering the educational-pedagogical

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Email: cinttiacardoso@gmail.com.

¹ Branquitude na Educação Infantil: Um Estudo sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais em uma Unidade Educativa do Município de Florianópolis/SC. Dissertação defendida em 2018, sob orientação da Dr. Lucimar Rosa Dias.

experiences between child / child / adult / child, the social relations configured by the subjects and the materialities.

KEYWORDS: Whiteness; Racial parity; Child education; Education of Ethnic-Racial Relations.

1. TRAÇADOS DE CAMINHOS

Ampliar o foco dos estudos sobre desigualdades raciais, sobretudo as maneiras com que essa desigualdade reverbera na educação de meninos e meninas de tão pouca idade não é algo muito fácil, visto que na sociedade brasileira ainda se mantém a ideia de democracia racial e que o racismo é visto como um problema do negro, o que desresponsabilizou e negou o papel do branco nessa ciranda, e sabemos que nela estão todos.

Assim, pensar numa educação básica, e em sua primeira etapa, que opere em regime de igualdade, passa por pensar a reeducação das relações étnico-raciais rompendo com o silenciamento acerca do papel do branco.

Um levantamento sobre as pesquisas sobre educação das relações étnico-raciais na infância me permitiu compreender que, ao longo do tempo, tudo que foi produzido em termos de pesquisas acadêmicas foi primordial para colocar como pauta social o racismo e a discriminação racial no contexto educacional. Sem dúvida, as pesquisas acadêmicas têm evidenciado essa persistente desigualdade racial na educação, o que foi de grande relevância social para contribuir com proposições de políticas públicas para educação, aprimoramento de diretrizes, orientações curriculares, indicadores de qualidade e nortear a formação de professores para o enfrentamento e combate ao racismo, assim como para a produção e aquisição de material didático voltado à temática. Essas pesquisas me permitiram identificar os percursos dessa discussão no campo da educação infantil. Apropriando-me desses estudos, constato que a branquitude é um termo “oculto” na produção sobre educação das relações étnico-raciais (ERER), os brancos não se tematizam e não são tematizados, as pesquisas centram-se em um único viés: os negros, por isso, elas não dão conta de apreender a totalidade da questão racial no campo educacional.

Nesse sentido, quando penso nas instituições educacionais como um lugar das relações, não basta analisar o que fazem com as identidades das crianças negras, com a cultura negra, mas é preciso levar em conta que elas também contribuem na constituição da identidade racial de crianças brancas e professoras brancas. Não tem como enfrentar as desigualdades raciais no contexto escolar com foco num único sujeito.

Esses foram fios condutores que me moveram a não só contribuir com a continuidade de pesquisas na área, mas ampliar o foco apontando a questão da branquitude neste contexto.

Sendo assim, ao partir das pesquisas sobre (ERER), meu objetivo foi evidenciar a importância de tratar a branquitude na Educação Infantil.

Este artigo está dividido em três partes, na primeira apresento um levantamento acerca de como pesquisadoras do campo da educação das relações étnico-raciais capturam a branquitude, em seguida, apresento os estudos sobre Paridade Racial de maneira a aproximar a leitora do universo pesquisado. E na terceira parte trago as narrativas que permeiam as relações das crianças brancas e professoras brancas e engendram aquilo que denomino de Paridade racial.

1.1 DELIMITANDO A INVESTIGAÇÃO ACADÊMICA: BRANQUITUDE E EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste item, meu objetivo é apresentar/ descrever o percurso que realizei, apresentar o movimento de estudos, ou seja, pesquisas sobre branquitude no Brasil, sobretudo as pesquisas que de alguma maneira capturam este fenômeno na educação infantil que se sucederam após a primeira tese defendida por Maria Aparecida da Silva Bento, uma das precursoras nesse campo de estudos no Brasil, intitulada: “Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público” (2002a). Esse levantamento é fruto das primeiras aproximações aos estudos da branquitude e educação infantil. Partir das pesquisas sobre Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) teve como objetivo encontrar alguma evidência sobre branquitude na Educação Infantil, esse foi meu ponto de partida.

Este levantamento bibliográfico ocorreu entre fevereiro e agosto de 2016 no banco de dados de Teses e Dissertações da CAPES. Como metodologia foram inseridos os descritores: “educação das relações étnico-raciais e educação infantil”, “branquitude/branquidade e educação infantil”, combinadas duas a duas².

Encontrei um total de oitenta pesquisas, nesse recorte de tempo, utilizando aquelas quatro combinações de palavras. Dessas, setenta dissertações e dez teses. Com a combinação “educação das relações étnico-raciais e educação infantil” foi encontrado o maior número de pesquisas, num total de sessenta. Já com a combinação “educação infantil e branquitude/branquidade” foram localizadas apenas quatro pesquisas. As quatro pesquisas capturam a branquitude/branquidade³ indicando dois polos: o primeiro deles é a escassez desta abordagem

² Ver levantamento completo CARDOSO, Cintia. **Branquitude na Educação Infantil**: Um Estudo sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais em uma Unidade Educativa do Município de Florianópolis. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

³ Na dissertação, decidi utilizar ao longo do texto o termo branquitude, uma das traduções para o termo *whiteness*, entre os motivos da escolha destaca-se a intenção de seguir a mesma linha dos principais estudos sobre branquitude no Brasil (BENTO 2002; CARDOSO, 2008, 2014; SCHUCMAN, 2012). Segundo Cardoso (2008), nos estudos brasileiros sobre se encontra duas traduções para o conceito: branquitude e branquidade. A mais usada é branquitude, ao passo que os primeiros estudos brasileiros não apresentavam distinção entre branquitude e branquidade, sendo considerada apenas uma questão da tradução do conceito em inglês. No entanto, ao longo do texto a palavra branquidade será mantida respeitando as autoras e as pesquisas que optaram por utilizá-la (sem distinção do termo branquitude).

no campo da educação infantil e relações raciais e o segundo, como já mencionado, com foco na criança negra. Embora a branquitude não se apresente de modo explícito como foco dos trabalhos, é possível apontar que pesquisadores e pesquisadoras a capturam utilizando como sujeito analítico a criança negra.

Prossigo apresentando, de maneira breve, as pesquisas que capturam a branquitude/branquidade seguidas de uma discussão e análise desses estudos. Sendo eles: “Políticas de promoção da igualdade racial na rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC”; Thaís Regina de Carvalho (2013), “A infância pequena e a construção da identidade étnico-racial na educação infantil”, Arleandra Cristina Talin do Amaral (2013), “O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado: hierarquização e racialização das crianças pequenininhas negras na educação infantil”, Flávio Santiago (2014), e “Crianças negras em escolas de alma branca”: um estudo sobre a diferença étnico-racial na educação infantil, de Edmacy Quirina de Souza”.

Na análise dessas produções, procurei apresentar o campo dos estudos da branquitude enquanto possibilidade inovadora para abordar a temática das desigualdades raciais na educação das crianças pequenas em nosso país. Em especial, busquei compreender como pesquisadoras se apropriaram do conceito de branquitude/branquidade em seus trabalhos acadêmicos para compreender as desigualdades raciais identificadas nas práticas e políticas voltadas para a educação infantil.

O levantamento bibliográfico acerca da produção acadêmica nos últimos anos possibilitou identificar que o campo de estudos da branquitude e sua perspectiva de abordagem vêm sendo percebidos por pesquisadoras como uma possibilidade de superar o que já foi produzido em pesquisas. Mesmo que nessas pesquisas o branco não seja deslocado para o centro do debate, tem-se ampliado as percepções em torno dos sujeitos das relações raciais no campo da educação infantil.

De fato, a adesão ao tema da branquitude nas pesquisas sobre educação das relações étnico-raciais na educação significa um avanço para os estudos, porém o foco nas crianças pequenas é incipiente.

Em grande parte das pesquisas, a ideia de desigualdade ainda persiste como um problema unilateral. O privilégio/vantagem racial ainda não aparece nessas pesquisas como uma categoria de análise. Quando se pensa em desigualdades raciais, é preciso problematizar tal questão. A violência racial como apontada nestas pesquisas indica quem são os sujeitos violentados, as crianças negras, mas por outro lado ainda não consideram os outros, ou seja, há invisibilidade ao tratar das crianças brancas, professoras brancas e gestores brancos.

A branquidade normativa foi apresentada em duas pesquisas (CARVALHO, 2013; AMARAL, 2013). Carvalho a conceitua da seguinte maneira: “a branquidade normativa pode ser interpretada como a propagação do ideal de que ser branco é o padrão, correto e normal, tornando as outras raças e culturas exóticas”. (CARVALHO, 2013, p. 44). Carvalho, ao fazer uso de tal conceito, o faz a partir dos mecanismos simbólicos existentes nas instituições como

os acervos bibliográficos, bonecas e bonecos que privilegiam apenas um segmento racial. Amaral, quando aborda a branquidade normativa, o faz pelo mesmo viés da autora Carvalho, indicando que a branquidade pode ser um dos impeditivos à implementação de práticas educativas equânimes, ou seja, a branquidade nega aos sujeitos não brancos o direito de se verem representados de maneira positiva a partir do seu grupo racial, a diversidade racial, base da formação da sociedade brasileira, não está presente nas experiências educativo-pedagógicas propostas às crianças nas instituições.

Ao analisar as relações entre as crianças, Amaral não percebe segregação no brincar. Ressalto que minha análise difere da percepção da autora⁴.

Santiago (2014), em sua pesquisa, apreendeu tal fenômeno nas relações que observou entre duas crianças, uma negra e a outra branca. Para o autor,

Ao considerar a sua colega negra como suja, Duda impõe uma identidade racializada para a menina pequenininha, criando a ideia e a percepção de que ser negro é ser sujo, e que por este motivo não tem o direito de convivência com outras crianças, interditando até mesmo a possibilidade de lhe dar a mão. Ao longo desta dinâmica surgem situações em que muitos constrangimentos causados pelo racismo se tornam visíveis e Dandara passa a ter de assumir um ideal pautado no estatuto do branqueamento, impregnando em sua vida o *status* de inferioridade. (SANTIAGO, 2014, p. 79).

A situação presenciada pelo pesquisador demonstra os dois lados da mesma moeda: a criança branca aprisionada em uma construção identitária que não a permite enxergar-se também na sua diferença, atribuindo a outro uma marca que a desmerece, e do outro lado uma criança negra, forçada na convivência a aprender a desvalorizar-se.

Souza (2016) capturou através das materialidades (bonecas, brinquedos, cartazes) das instituições que analisou que “a identidade dominante (a europeia) se tornou a referência para a construção de outras identidades supostamente subordinadas”. (SOUZA, 2016, p. 100). Para a autora, esta seria outra maneira de manifestação do branqueamento. Discordando da autora, quando essas representações são hegemonicamente brancas estamos, na verdade, diante de uma das expressões da branquitude, o branco como referencial de beleza e inteligência. Como bem explicita a autora Sueli Carneiro, “estabelece-se, assim, o círculo vicioso do racismo que estigmatiza uns e gera vantagens e privilégios para outros”. (CARNEIRO, 2011, p. 76).

⁴ Importante dizer que a sociedade brasileira não “experenciou” como regime político a segregação racial, diferentemente de outros países como a África do Sul, Estados Unidos, entre outros. De acordo com Munanga (2008), o fato de não ter havido um sistema de segregação e o racismo ser velado por aqui não deixa de ser nefasto, ou que faça menos vítimas, mantendo a população negra em uma persistente realidade segregadora em se tratando de mobilidade, moradia, trabalho, renda, grau de escolaridade, etc.

Santiago (2014) e Souza (2016), em suas pesquisas, abordam sobre a ideologia do branqueamento até chegar à branquitude, sem fazer uma conexão do branqueamento como uma das dimensões da branquitude. Essas pesquisas realizam um percurso etnográfico e vêm apontando outras possibilidades de se interpretar o branqueamento, em tempos contemporâneos. Minha percepção é que ao ser capturado o branqueamento nas instituições, ele tem sido meio pelo qual a branquitude segue fortalecendo o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais.

Enfim, essas pesquisas vêm apontando que a branquitude modela também as ações educativo-pedagógicas na educação infantil, que incide nas relações entre os sujeitos e simbolicamente nas materialidades. Trouxe parte do levantamento realizado, pois esse aprofundamento e busca por estudos que captam a branquitude na educação infantil foram imprescindíveis para se chegar ao inesperado de um estudo etnográfico, que ocorre no caminhar ao longo da pesquisa empírica, os achados, as descobertas, os sabores e dissabores da etnografia.

Concordando Costa (2007 p. 148),

pesquisar é um processo de criação e não de mera constatação. [...] os objetos não se encontram no mundo à espera de alguém que venha estudá-los. Para um objeto ser pesquisado é preciso que uma mente inquiridora, munida de um aparato teórico fecundo, problematize algo de forma a construí-lo em objeto de investigação. O olhar inventa o objeto e possibilita as interrogações sobre ele.

É de esse olhar exaurido de uma pesquisadora que não foi para o campo empírico em busca de verdades, mas pronta para os desafios de estudar a branquitude na educação infantil e as ramificações que vão aparecendo ao longo do percurso, que surge então a paridade racial.

Assim, sabia que não seria fácil fazer as análises e interpretar os dados coletados. Por isso, a seção a seguir, denominada de Os Estudos sobre Paridade Racial, foi descrito de maneira a aproximar a leitora do universo pesquisado em que os fragmentos se arranjam requerendo aprofundamento do impensado.

2. OS ESTUDOS SOBRE PARIDADE RACIAL

O termo Paridade, nos últimos anos, vem sendo incluído nos discursos sociais e pautado nas reivindicações por direitos, como “Paridade de Gênero”, “Paridade Representativa” e “Paridade Política”, são termos que emergem da vida dos sujeitos nas relações em sociedade. Já a Paridade Racial me parece que ainda não foi apropriada nos discursos e debates sobre relações raciais.

Realizei uma busca na tentativa de encontrar bases teóricas sobre Paridade Racial. Minha descoberta é que a Paridade não foi estudada como preocupação analítica, mas sim

observada e pontuada em alguns estudos. Embora distante do meu campo, a educação infantil, encontrei um estudo valioso intitulado “Quando a Identidade Racial do Pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial” (2012), no qual pude apreender e aprofundar minhas próprias indagações.

De autoria das pesquisadoras Lia Vainer Schucman e Eliane Silvia Costa e do pesquisador Lourenço Cardoso, esse estudo foi elaborado a partir das experiências acadêmicas das autoras. Schucman, pesquisadora branca, entrevistou brancos e negros na cidade de São Paulo para sua pesquisa, enquanto Cardoso, pesquisador negro, relacionou-se com intelectuais brancos portugueses, e Costa, pesquisadora negra, teve como foco de pesquisa sujeitos negros e rurais de um quilombo. Cardoso e Schucman são ambos especialistas nos estudos da branquitude, o que aproxima as constatações desses autores às minhas análises de que a Paridade racial é um elemento a ser considerado no estudo das relações raciais na educação infantil.

O estudo das autoras toma a Paridade ou Assimetria racial como uma categoria de análise importante nas interações entre pesquisadora e pesquisada. Aqui o foco é outro, embora pudesse também refletir sobre a paridade ou assimetria racial como pesquisadora negra e os sujeitos da pesquisa, professoras brancas e crianças brancas, porém esta análise deixarei para trabalhos futuros.

As experiências das autoras e autor apontaram que tanto assimetria quanto a Paridade Racial em pesquisas podem contribuir para compreensão dos diferentes aspectos das relações raciais brasileiras.

Anterior a este estudo, a autora Iray Carone (2002) em uma pesquisa sobre a negritude em São Paulo, intitulada “A força psicológica do legado social do branqueamento”⁵, desencadeou essa questão da paridade racial nas tensas relações entre entrevistados e entrevistadores de diferentes pertencimentos raciais. A autora relembra a fala da antropóloga norte-americana Angela Gilliam, em um seminário alertando sobre a paridade racial num país atravessado por tensões entre negros e brancos.

Ou seja, com esses estudos, é possível afirmar que a paridade ou assimetria ronda os estudos das relações raciais, requerendo análises mais profundas. Tais estudos, mesmo distantes do meu foco de análise, me levaram a expandir essa questão sobre a paridade racial e assimetria para dentro de uma unidade educativa de educação infantil, já que o campo me apontava por diversos momentos essa questão, olhar a paridade racial entre professoras brancas e crianças brancas e negras como uma das expressões da branquitude.

Refletir sobre essa relação de Paridade ou assimetria a partir das relações, das narrativas entre as professoras brancas às crianças brancas e crianças negras como chave para desvelar as expressões da branquitude no contexto da educação infantil.

⁵ Pesquisa A força psicológica do legado social do branqueamento, Coordenadora: Profa. Dra. Iray Carone, Instituto de Psicologia da USP, 1993-1996, apoio CNPq.

As minhas análises, com base no campo, iniciaram nas constantes relações percebidas entre professoras brancas com as crianças brancas e das relações dessas mesmas professoras com as crianças negras, e é sobre isso que sigo discorrendo.

3. A PARIDADE RACIAL NO CONTEXTO ANALISADO: AS NARRATIVAS

A captura das relações de professoras brancas com crianças brancas pelas lentes da pesquisadora foi identificada como uma espécie de engenharia racial capaz de forjar uma identidade branca fechada aos pares.

Uma das estratégias, num primeiro momento, foi estar atenta às falas das professoras brancas com as crianças brancas, ou seja, as narrativas que permeiam essas relações que perpassam pelo corpo, o toque, os gestos e, por fim, a afetividade. No segundo momento, observei as mesmas relações das professoras brancas com crianças negras, esse contraponto foi crucial para análise.

- Onde é que tu andavas minha loira! (Professora branca Maitê falando para criança branca).

- Bom dia meu amor! (Professora branca Flora cumprimentando uma criança branca).

- Que coisa mais gostosa, que pescoço mais gostoso, que coisa mais querida! (Professora branca Flora recepcionando uma criança branca).

- Meu herói! (Professora branca Joana recepcionando uma criança branca).

- Bom dia gostosa! Sou toda tua! (Professora branca Flora recepcionando uma criança branca).

Os excertos acima são pontos de partida para fundamentar os argumentos que desembocam na afirmação de que a Paridade Racial é um dos fatores que consolidam uma das formas de expressão da branquitude no espaço da unidade educativa investigada. A maneira como as professoras brancas se referem às crianças brancas relaciona-se profundamente com a solidariedade racial para defesa dos privilégios entre pares brancos que se fortalecem na vida, no cotidiano da sociedade e que adentra a unidade educativa. Ao observar as relações que se estabelecem, percebo como elas se fortalecem, se autoalimentam, e a raça está presente.

As professoras brancas encontram modos de elogiar as crianças brancas e substancialmente a raça se materializa na linguagem dos próprios sujeitos (brancos) que a negam.

Bento (2014, p. 39) discorre sobre um fator importante nessas relações e que explica também parte da construção social da branquitude, “a própria capacidade de identificação com o próximo, criando-se, bases de uma intolerância generalizada contra tudo o que possa

representar a diferença”. Essa capacidade de identificação funcionaria como uma espécie de “espelhismo da normalidade” (FERRE, 2005). Ainda para Bento (2014, p. 40).

O objeto do nosso amor narcísico é “nosso semelhante”, depositário do nosso lado bom. A escolha de objeto narcísica se faz a partir do modelo de si mesmo, ou melhor, de seu ego: ama-se o que se é, ou o que se foi, ou o que se gostaria ser, ou mesmo a pessoa que foi parte de si. [...].

Foi nessa perspectiva de observadora das relações na unidade educativa que pude constatar a diferença de tratamento estritamente ligada à configuração de paridade racial. Bento considera que “[...] a discriminação racial pode ter origem em outros processos sociais e psicológicos que extrapolam o preconceito. O desejo de manter o próprio privilégio branco”. (BENTO, 2014, p. 28).

Retomando os excertos, é preciso considerar que os termos utilizados pelas professoras para se referir às crianças brancas têm conotações e implicações quando se trata da questão profissional, pois segundo o próprio Currículo da rede municipal de Florianópolis, “tratar as crianças sempre pelo nome, não utilizando apelidos ou diminutivos pejorativos ou estereotipados, incentivando a mesma forma de tratamento entre elas”. (FLORIANÓPOLIS, 2016, p. 39).

As relações das professoras brancas com as crianças brancas são carregadas de subjetividades, e com isto há “[...] uma supressão/anulamento das diferenças e isso é altamente discriminatório para as não brancas e a possibilidade de nos transformamos com o *outro*, de se abrir para o *novo* é descartada”. (OLIVEIRA, 2004, p. 98, grifo meu). Mesmo as palavras utilizadas por estas professoras ao se referir às crianças (Gostosa, Herói) não sendo adequadas, há um privilégio racial a ser exaltado por ser portador da brancura.

As percepções feitas aqui não tratam de desqualificar as profissionais no exercício da docência, mas sim explicitar o quanto é complexa a percepção por parte das próprias professoras brancas em perceber os lugares de privilégios e poder nessas relações crianças/adultas que geram um ambiente que propicia a manutenção do privilégio racial para as crianças brancas e exclui aquelas crianças que não pertencem ao mesmo grupo racial.

Fabiana Oliveira (2004) realizou uma importante pesquisa para o campo das relações raciais na educação infantil, que teve como intuito verificar como as práticas pedagógicas em uma creche com crianças na faixa etária de zero e três anos de idade revelavam a questão racial. A autora, em sua pesquisa, descreve uma série de situações que a levam a concluir que as formas de tratamento direcionadas às crianças negras e brancas por parte das profissionais gerava exclusão. Essa diferenciação de tratamento foi denominada pela autora de *paparicação*. Nas palavras da autora,

As/os docentes, ao negarem o carinho e o cuidado aos meninos pequeninhos negros e as meninas pequeninhas negras, ensinam a

todas as crianças pequenininhas que existem privilégios fundamentados nas tonalidades da pele. Neste sentido, ser de pele escura torna-se algo ruim, inconveniente e indesejado; assim, fomenta o processo de consolidação de uma pedagogia fundamentada na manutenção de determinados privilégios de alguns grupos, afirmando uma história única, centrada em um eurocentrismo. (OLIVEIRA, 2004, p. 97).

Oliveira já apontava o privilégio (mesmo que ambíguo)⁶ como uma das formas de exclusão, e essa manifestação a partir de expressões de exaltação da beleza de crianças brancas e as maneiras como eram destinados de maneira desigual carinhos e afetos entre as crianças brancas e negras.

Além das questões apresentadas pela autora supracitada, o campo mostrou fatos que me levaram a apontar a paridade racial nas cenas, nas relações como um fenômeno importante a ser considerado nas relações entre as professoras e as crianças. A branquitude tem uma configuração peculiar, pois a relação adulta branca x criança branca é cercada de códigos de vivências que marcam as experiências educativo-pedagógicas de crianças brancas e negras no espaço da unidade educativa. Esta constatação foi se consolidando por meio das observações realizadas, usei a teoria para iluminar meu pensamento. Além das expressões verbais como as destacadas anteriormente, a paridade racial funciona como um regulador de comportamentos das relações cotidianas.

Organizei as capturas deste processo da seguinte maneira: 1) negação do pertencimento racial das crianças negras, 2) Preferências pelas brancas, 3) estereótipo ao representar o negro, e 4) o silêncio tático e a representatividade hegemônica materializada. As epígrafes que apresento a seguir são base para as conclusões.

1) NEGAÇÃO DO PERTENCIMENTO RACIAL

Em nenhum momento, durante o campo, observei na unidade educativa as crianças negras serem exaltadas por seus fenótipos como as crianças brancas.

No refeitório o grupo G6A se organiza numa fila. Durante o período de espera para se servirem, as crianças conversam entre elas, brincam, etc.

Olho para a fila de crianças e me chama atenção ver somente meninas brancas com os cabelos penteados. Lorena (menina branca) está com os cabelos molhados e trançados, assim como Catarina e Ane. Paola e Lucia⁷, ambas negras, não estão penteadas, assim como outras meninas e meninos negros também não estão penteados.

⁶ Ambíguo, pois para autora há de certa maneira uma positividade em ser excluído. Estar livre deste afeto inibidor, fraternal e familiar que asfixia e aprisiona.

⁷ Foram atribuídos nomes fictícios aleatórios para identificar as crianças, e professoras participantes da pesquisa.

Depois de muito observar a mesma cena com as mesmas meninas do grupo G6B serem penteadas antes das refeições por vários dias, decidi ouvir estas crianças. Aproximo-me de Lorena (menina branca de cabelos longos sempre penteados) para um diálogo.

- Oi Lorena, que bonito estão seus cabelos.
 - Todas as crianças da tua sala pentearam os cabelos?
 - Só pentearam algumas meninas. (Lorena)
 - Por que só algumas?
 - Por que não deu tempo de pentear todas as meninas. (Lorena)
 - E como vocês se organizam para se pentear? (Lorena)
 - A Fernanda (auxiliar de sala branca), vai chamando uma por uma.
- (CARDOSO, 2018, p. 149).

De fato as crianças negras são preteridas nesses momentos de cuidados com os cabelos, porém, as crianças negras estão tentando resistir à norma da branquitude que regula as relações na unidade educativa. Este é o exemplo que trago a seguir.

Lucia é menina negra que esteve fora do grupo merecedor de ter seus cabelos penteados, e ela resiste e insiste em fazer parte deste grupo. Um dia, trouxe de sua casa um creme de cabelos, ou seja, um forte indicativo de que ela percebe porque não é uma das crianças chamadas para ter seus cabelos cuidados, sabe certamente que tem alguma relação com o seu tipo de cabelo e não com o tempo disponível da professora. Assim, de posse de sua arma de resistência solicita à professora que a penteie. Neste dia, a professora Flora (branca) passeou com a menina de sala em sala mostrando seus cabelos. Lucia, por ora, vence o jogo.

2) PREFERÊNCIAS PELAS CRIANÇAS BRANCAS

Constantemente observava uma menina branca de quatro anos pertencente ao grupo G4, Olívia era o foco de atenção das professoras, sempre elogiada, uma espécie de xodó da unidade educativa. Os comentários feitos para ela pelas professoras brancas destacavam a sua inteligência, fala elaborada, a esperteza, a beleza: pequenina, “delicada”, cabelos loiros. Em nenhum momento, durante o campo, observei na unidade educativa as crianças negras serem elogiadas do mesmo modo que as crianças brancas.

3) ESTEREÓTIPO AO REPRESENTAR O NEGRO

- Tô pronta para o samba! (Auxiliar Fernanda branca).
- (CARDOSO, 2018, p. 148).

Esta frase foi capturada em uma das idas ao campo. O grupo G6B estava realizando um baile à fantasia, a professora se caracterizou com uma peruca que imita cabelos crespos afros.

Essa postura demonstra a visão essencialista, estereotipada de uma mulher branca sobre o negro, associando ao samba e estética negra como uma representação de negro genérico. De fato uma caracterização do que é ser negro em sua visão. Ademais, como afirma a autora Gomes:

O discurso pedagógico proferido sobre o negro, mesmo sem referir-se explicitamente ao corpo, aborda e expressa impressões e representações sobre esse corpo. O cabelo tem sido um dos principais símbolos utilizados nesse processo, pois desde a escravidão tem sido usado como um dos elementos definidores do lugar do sujeito dentro do sistema de classificação racial brasileiro. (GOMES, 2002, p. 45).

A professora usou a peruca como uma forma estereotipada e sarcástica de representar pessoas negras. Um ataque à estética negra que, geralmente, ocorre pelos traços fenotípicos, em que a dupla cabelo e cor da pele são os alvos. Como se sentem as crianças negras ao verem a professora caracterizada com uma peruca similar aos cabelos delas de maneira engraçada? E as crianças brancas, como compreendem essa forma de representação? Essa associação não se dá de maneira imediata pelas crianças, mas é compreendida e é preciso considerar que existe uma construção social sobre isso e as crianças não estão alheias, seja na família, na mídia, na vizinhança ou nas instituições de ensino.

Modos de agir e pensar sobre grupos raciais podem ser incorporados pelas crianças de maneira hierárquica, como crença. Mesmo sem se dar conta, a professora reforça uma situação socialmente construída quando se trata de representar os negros. Uma de minhas hipóteses é o próprio exercício da branquitude, esse lugar considerado o normal e natural que, ancorado no racismo “[...] é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de serem representados em sua diversidade”. (CARNEIRO, 2004, s.p.). O que a autora Ware (2004, p.7), chamou de “Poder duradouro da branquitude”.

4) O SILÊNCIO TÁTICO E A REPRESENTATIVIDADE HEGEMÔNICA MATERIALIZADA

Nesta categoria, destaco o silêncio tático com que a paridade se materializa entre as professoras brancas com situações de desigualdade, preconceito, discriminação e racismo naturalizados no cotidiano da unidade educativa.

Durante o percurso da pesquisa, estive atenta a todos os movimentos da unidade educativa. Sendo assim, acompanhei o envio de um bilhete convidando as famílias para participarem de uma confraternização. Nas imagens do bilhete, apenas crianças brancas estavam representadas. Este bilhete foi enviado às 89 famílias da unidade educativa, ou seja, a representação das crianças continua sendo por um único segmento: o branco. Numa unidade educativa em que 90% das crianças são negras.

A auxiliar Luzia vai até a direção questionar o motivo de o bilhete enviado às famílias só representar crianças brancas. A resposta que obteve do diretor da unidade educativa foi a seguinte: “- Não me atentei para esse detalhe. A criança negra deve ser quem estava batendo a foto por isso não apareceu”. (Diário de Campo).

Para o diretor, foi um mero detalhe que pode ser explicado pelo narcisismo branco, “ao focar os olhos somente para si, ao não enxergar o negro como humano, humanidade reflexo de si, ao não enxergar o negro como o outro lado do espelho, acaba por não enxergar a si mesmo [...]”. (CARDOSO, 2014, p. 35). Ao escolher somente crianças brancas para serem representadas no bilhete, tal atitude reflete a ideologia do branco como universalidade hegemônica. Ao supor que a criança negra estaria nos bastidores, numa visão colonial de que os negros são aqueles que não precisam ser vistos e representados, ou seja, que para esses existem lugares determinados “a condição de subserviência ao branco”.

“As piadas são provas do frágil código de etiquetas que impõe um relativo silêncio a cor e também pelo fetiche da brancura predominantemente entre nós”. (FONSECA, 2012, p. 121, grifo meu).

O que se pôde observar é que não existe o respeito às diferenças e nem uma compreensão por parte das professoras e do diretor das complexas relações raciais na sociedade brasileira. É inegável o impacto dessas ações na constituição das identidades de crianças negras e brancas, que cotidianamente são constituídas nas relações com seus pares.

Não é possível seguir afirmando que não existe um critério do diretor e das profissionais ao permitirem que num bilhete somente crianças brancas sejam representadas, assim como ao pentear primeiramente a crianças brancas. Nada disso é neutro, tudo isso tem uma intencionalidade, talvez não pensada do ponto de vista pedagógico e seus desdobramentos, mas certamente orientados pela normatividade branca que se recusa a perceber-se também racializada.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os dados apresentados com relação à paridade racial como uma das gêneses, ou estágio inicial para consolidação e perpetuação da branquitude no contexto da educação infantil permitiu constatar que as relações entre professora branca/crianças brancas na unidade educativa estão orientadas pelo pertencimento racial aos pares, ou seja, as relações que vão se estabelecendo buscam uma homogeneidade, semelhança e paridade.

O que aponto como Paridade Racial é orientada pela cor da pele. Ou seja, há uma perpetuação da vantagem/privilegio racial, aqueles herdeiros da brancura onde as crianças brancas são preferidas pela cor da pele e, em contrapartida, todas as outras que não se enquadram no modelo padrão têm negada atenção, afeto, um elogio, um toque, um pentear nos cabelos.

Acredito que as hipóteses que foram levantadas aqui tragam uma gama de dados que possibilitem interpretações futuras mais profundas sobre Paridade Racial na educação infantil.

REFERÊNCIAS

AMARAL, T. C. do.; RASCHE, K. L. As populações de origem africana em Santa Catarina. *In*: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco. RASCHE, K. L. (Orgs.). **Formação de Professores: promoção e difusão de conteúdos sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Florianópolis: Editora Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2014.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. *In*: CARONE, I; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BENTO, M. A. S. Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro. *In*: CARONE, I; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002c, p.147-162.

CARDOSO, C. **Branquitude na Educação Infantil**: Um Estudo sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais em uma Unidade Educativa do Município de Florianópolis. 2018. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

CARDOSO, L. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957-2007). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais. Coimbra, 2008.

CARDOSO, L. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2014.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, T. R. de. **Políticas de promoção da igualdade racial na rede municipal de educação infantil de Florianópolis/SC**. 2013. 267 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Paraná (UFPR), Setor de Educação. Curitiba, 2013.

FERRE, N. P. de L. Identidade, diferença e diversidade: manter viva a pergunta”. *In*: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Org.) **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal. **Matriz Curricular para Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Básica**. Florianópolis, SC: Prefeitura Municipal de Florianópolis; Secretaria Municipal de Educação, 2016. 120 p.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão. *In*: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº10.639/03**.

Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K. Nosso racismo é um crime perfeito. Entrevista a Camila Souza Ramos e Glauco Faria. **Revista Fórum**, São Paulo, ano 8, n. 77, ago. 2008.

OLIVEIRA, F. de. **Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial?** 2004. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, 2004.

SANTIAGO, F. **O meu cabelo é assim... igualzinho o da bruxa, todo armado: hierarquização e racialização das crianças pequeninhas negras na educação infantil.** 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014.

Schucman, L. V. (2012). **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHUCMAN, L. V.; COSTA, E. S.; CARDOSO, L. Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: Paridade e Assimetria Racial. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 4, n. 8, p. 15. -29, 2012.

SOUZA, E. **Percepções de infância de crianças negras por professoras de professoras de educação infantil.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2012. [Não publicada]

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. *In*: WARE, V. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WARE, V. Introdução: O poder duradouro da branquidade “um problema a solucionar”. *In*: WARE, V. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo.** Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004a, p. 7-40.

Recebido para publicação em 18 de Dezembro de 2019.

Aceito para publicação em 2 de Março de 2020.